

de forma mais próxima ao mercado de trabalho, conhecem a si mesmos e aos colegas também. Gradualmente as parcerias, primeiramente casuais, dão origem a relações de afinidade, grupos são formados, ideias se unem, disciplinas são finalizadas e, progressivamente, a pureza, a fantasia e a espontaneidade dos traços feitos à mão livre com o lápis, são substituídas por linhas características de programas gráficos. Estas, por sua vez, cheias de técnicas, teoria, história e tecnologia, acrescidas de ideais de concepção e transmissão de mensagens codificadas para os espectadores.

Concluimos afirmando que, como agente de mudança, o professor, arquiteto ou não, deve levar ao aluno, sobretudo, a experiência da transformação, do diálogo nutritivo que promova o mútuo crescimento, tendo em vista que, como lembra Reboul (2000, p. 80), “aprender excede infinitamente ao ato de ensinar”. A possibilidade de pensar cada vez mais sobre os desafios do arquiteto que atua como professor é permitir que a esfera pedagógica entre com uma participação mais ativa em relação ao conteúdo técnico na formação não só de arquitetos, mas de profissionais especializados para o ingresso em um mundo competitivo. A profissão de arquiteto deve ser vista como significativa não só para a construção da tão propalada e almejada qualidade de vida, mas para dar forma a um acúmulo de conhecimentos e experiências coletivas, sedimentadas historicamente, em nossas memórias e em nosso habitat, que inspiram tantos desenhos e tantos designios.

Referências bibliográficas

- Bachelard, G. (1983). *A poética do espaço*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Carsalade, F. (2003). Referências metodológicas para um processo de ensino de projeto. In: Marques, S. & Lara, F. (orgs.). *Projetar: desafios e conquistas da pesquisa e do ensino de projeto*. Rio de Janeiro: EVC.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Furth, G. (2004). *O mundo secreto dos desenhos: uma abordagem junguiana da cura pela arte*. São Paulo: Paulus.
- Gomes, L. (1996). *Desenhismo*. Santa Maria: Editora da UFSM.
- Niemeyer, O. (1993). *Conversa de arquiteto*. Rio de Janeiro: Revan Editora / UFRJ.

- Reboul, O. (2000). *A filosofia da educação*. Lisboa: Edições 70.
- Rossi, A. (1995). *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Silva, E. (1998). *Uma introdução ao projeto arquitetônico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Abstract: The aim of this article is to describe an experience made with teaching new students in the career of Architecture and Urbanism of the Federal University of Luiz de Fora (Brazil) in the discipline of Architecture and Planning Project I. Considering that these students are already capable of projecting, the teaching method that seeks to set out in the act of designing the motivation for most creative, productive and forming classes. The end result includes graphic works that represent different visions and utopias concepts involved in the design process of training of architects and planners.

Key words: Education - Design - Project - Graphical representation - Architecture - Urbanism.

Resumo: O objetivo desse artigo é descrever uma experiência de ensino realizada com alunos ingressantes no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (Brasil), na disciplina de Projeto de Arquitetura e Urbanismo 1. Considerando que esses alunos já são capazes de projetar, o método de ensino aqui retratado busca no ato de desenhar, a motivação para aulas mais criativas, produtivas e formadoras. O resultado final inclui trabalhos gráficos que representam diferentes visões, conceitos e utopias envolvidos no processo de projeto e de formação dos arquitetos e urbanistas.

Palavras-chave: Ensino - Desenho - Projeto - Representação gráfica - Arquitetura - Urbanismo.

(*) **Antonio Colchete Filho**. Arquiteto e Urbanista (UFRJ, 1992), Especializações em Planejamento e uso do solo urbano (UFRJ, 1993) e em Sociologia urbana (UERJ, 1995), Mestre em Urbanismo (UFRJ, 1997), Doutorado em Ciências Sociais (UERJ, 2003), Pós-doutorados em Arquitetura (UTL, Portugal, 2005) e em Urbanismo (UFRJ, 2013).

Carina Folena Cardoso. Arquiteta e Urbanista (UFJF, 2013), Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Brasil.

(**) El presente escrito fue presentado como conferencia dentro del Cuarto Congreso Latinoamericano de Enseñanza del Diseño (2013). Facultad de Diseño y Comunicación, Universidad de Palermo, Buenos Aires, Argentina.

Design, identidade e desenvolvimento regional na Amazônia brasileira

Alexandre Santos de Oliveira (*)

Actas de Diseño (2014, Julio),
Vol. 17, pp. 151-160. ISSN 1850-2032
Fecha de recepción: mayo 2012
Fecha de aceptación: julio 2012
Versión final: febrero 2013

Resumen: Países como Brasil han experimentado tasas de crecimiento económico que lo posicionan entre las siete mayores economías mundiales (FMI, 2010)¹. Este panorama de la economía emergente coloca a la Amazonía y más específicamente al Estado del Amazonas, el desafío de dar respuestas a tal auge del desarrollo económico, tomando como referencia las diversidades biológicas, culturales y sociales, entendidas como algunas de las bases de esta región. Planteado el escenario,

esta comunicación pretende reflexionar sobre las posibilidades de un protagonismo mayor de la enseñanza del diseño en el Amazonas, tomando como vectores la cultura y la identidad cultural y su importancia para el desarrollo de la región.

Palabras clave: Diseño - Identidad - Cultural - Desarrollo regional - Amazonía.

[Resúmenes en inglés y portugués y currículum en pp. 159-160]

Introdução

A importância das reflexões e discussões envolvendo o design e o desenvolvimento regional deve-se às lacunas ainda existentes sobre a ação teórica e o exercício da prática, envolvendo esta temática na Amazônia brasileira. A partir desta provocação, a construção de referenciais regionais passa a ser um desafio, o que se configura como perspectiva para pensar o desenvolvimento de forma interligada, interdependente e contextualizada.

É importante notar que uma agenda como esta poderá interessar ao campo do design de forma ampla, quer na definição de áreas estratégicas de atuação, quer na observação de campos de inserção profissional ou ainda na identificação, de áreas que representem visão de futuro, bem como temas que poderão nortear pesquisas com vistas, tanto ao desenvolvimento de produtos como no estudo de processos.

No plano teórico com relação à categoria identidade cultural observam-se as dificuldades para pensar o tema sob a perspectiva do design e do desenvolvimento regional, tanto no que se refere às instabilidades conceituais que o termo evoca, como no que respeita ao olhar de estabilidade que permeou os discursos sobre a identidade após a Segunda Guerra Mundial e que se estendem até a atualidade, por meio da noção de Estado-nação. Ou ainda, no que se refere às críticas, sob os discursos identitários que caminham da folclorização (Ortis, 1994) e da crítica às identidades puras (Featherstone, 1997) até o hibridismo das culturas e identidades (Hall, 2006; Canclini, 2008). Contudo, quero ressaltar o cuidado em não atribuir ao campo do design responsabilidades que não lhe competem, tal como um olhar salvacionista para a sociedade. Esta expectativa se estende aos seus atores o que, no meu entendimento, acaba por limitar a atuação do design e dos designers, ao tempo que minimiza a real capacidade do campo em propor soluções que estejam conectados com uma agenda mais ampla e progressista, uma pauta que envolva o desenvolvimento econômico com equidade social, questão esta que, para além do milagre ou da salvação, requisita uma revisão dos modelos de crescimento, de consumo e de produção para fazer frente ao desafio de um desenvolvimento regional contextualizado.

Outrossim, coloca-se em questão o papel e importância do campo do design de forma ampliada e do ensino do design como atividade específica, nas reflexões que tenham como perspectiva o planejamento de ações estratégicas que comportem uma noção de desenvolvimento, envolvendo não apenas a otimização dos recursos, mas também a garantia da participação dos diferentes atores sociais tanto no gerenciamento dos recursos como na busca de soluções para os problemas concernentes à Amazônia.

A Amazônia brasileira

Ponto de encontro de múltiplas, distintas e diferentes racionalidades, é assim que vejo a Amazônia. Essa mistura de verde, terra e água, dispersa em cerca de 5.500.000 km². Sua grandiosidade e pujança por vezes enigmática, evoca diferenças, oculta realidades, num misto de força e fragilidade. Amazônia masculina e feminina, solitária, às vezes indefesa por conta dos discursos historicamente produzidos sobre ela, discursos estes que quando evocados, por serem tão repetidos, parecem constituir-se a verdade única e absoluta.

É deste lugar que estou falando, um lugar que muitos brasileiros, como eu, só conheciam, até pouco tempo por meio das figuras contidas nos livros de geografia ou através das escassas imagens veiculadas pela TV e hoje através dos recursos imagéticos e sonoros proporcionados pela internet. Nas últimas décadas, por meio dos assombros ante as catástrofes climáticas, a Amazônia e por extensão o estado do Amazonas ganham relevância planetária, cujo verbete mais popular entre nós é a ideia de “pulmão do mundo”, imagem amplamente questionada mas, ainda em uso pelos menos avisados.

Diante da grandiosidade que é a Amazônia, preciso circunscrever minha fala a uma parte dela, a um espaço específico, correndo o risco de perpetuar as noções que a generalizam, essencializam e exotizam. Assim, circunscrevo a reflexão e o estudo ao estado do Amazonas, localizado na Amazônia brasileira. Este lugar que, em termos cartográficos, parece saltar aos olhos, é o maior estado brasileiro em extensão territorial. Comumente representado em tons de verde nos mapas, os cerca de 1.570.745,680 km² apresentam-se, aos olhos do espectador, tão próximo e aparentemente tão familiar, que é difícil pensar numa cartografia do Brasil ignorando-o.

Esta imagem, muitas vezes idealizada sobre o estado do Amazonas, tende a invisibilizar, tal como cartografado nos mapas, uma população de 3.480.937² hab com cerca de 87% deste contingente vivendo em zonas urbanas. Falar em população no Amazonas remete à associação com uma população indígena, que hoje corresponde a cerca de 4% da população do estado, distribuídos em cerca 64 (sessenta e quatro)³ etnias que, historicamente habitaram este espaço geográfico. No que se refere ao tônus da pele, o contingente populacional é composto majoritariamente por pardos e brancos que juntos perfazem 90% do total da população.

Meu ponto de observação ou, parafraseando Torrinho⁴, meu “porto de lenha”, é sua capital Manaus. Uma cidade estratégica, que antes de se tornar a sede da Capitania de São José do Rio Negro, se chamava Lugar da Barra do Rio Negro, localizada no coração da Amazônia brasileira, consiste na cidade mais populosa da Região Norte do Brasil. É palco do encontro das águas turvas do Rio

Negro com as águas “barrentas” do Rio Solimões que, não se misturam como se falassem ao mesmo tempo da complexidade e da simplicidade necessárias à sua contemplação e compreensão.

Cidade que cresce a cada ano, abriga uma população estimada em 1.832.423 hab. Missigenada, inquieta e desejosa de ser “gente grande” Manaus, apresenta índices de crescimento, acima da média das capitais brasileiras, acolhendo migrantes como eu que, num primeiro momento, se acovardam diante da grandiosidade das árvores que estão no entorno da cidade. Ao mesmo tempo que se espantam com a sua modernidade de cidade grande e ficam indignados, diante das gritantes desigualdades que, por teimosia ou por covardia, insiste em se perpetuar.

Políticas Públicas, design e desenvolvimento regional

É importante destacar que no Amazonas, o distanciamento do campo do design das políticas estratégicas de desenvolvimento da região, está fundada numa realidade que precisa ser constantemente questionada com vistas a sua superação. É a partir deste cenário que esta comunicação pretende refletir sobre as possibilidades de uma maior atuação do campo do design no Amazonas, tomando como vetores a cultura e a identidade cultural e sua importância para o desenvolvimento regional.

Dentre os documentos oficiais que apresentam diretrizes para as políticas de desenvolvimento regional, tomei como objeto de análise e reflexão, aqueles emanados das conferências nacionais de ciência, tecnologia e inovação, promovidas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, atual Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A primeira conferência foi convocada em 1985, àquele momento, o então ministro Renato Archer, primeiro titular do recém criado ministério, tencionou ouvir a sociedade sob os rumos que o novo ministério deveria tomar. Uma das constatações que impulsionaram a realização do evento era o fato do sistema brasileiro de ciência e tecnologia ter alcançado, nos vinte anos anteriores, sob a égide do regime militar, um crescimento considerável, no entanto, a comunidade científica ficara alijada dos processos decisórios logo, sem a oportunidade de exercer influência nas decisões que nortearam aquele crescimento⁵.

Entre a primeira e a segunda conferência está um intervalo de dezesseis anos. Além de garantir uma participação mais efetiva da sociedade civil, é importante destacar como resultado, a criação do CGEE - Centro de Estudos Estratégicos, cujo objetivo era elaborar o “Livro Branco” da Ciência e Tecnologia, contendo orientações estratégicas oriundas das discussões da segunda conferência e que proovessem “o sistema de mecanismos de prospecção, acompanhamento e avaliação em C, T & I”⁶.

A terceira conferência foi realizada no ano de 2005, além dos objetivos que já vinham pontuando as reuniões anteriores, teve como meta demonstrar que C,T&I são ferramentas essenciais e indispensáveis para o desenvolvimento do Brasil. Em função da participação efetiva dos segmentos da sociedade, em especial membros da comunidade acadêmica e profissional, a conferência

representou o desdobramento natural dos avanços no debate e nas ações no campo das políticas de ciência, tecnologia e inovação ao tempo que gerou significativas contribuições para o aperfeiçoamento do processo⁷.

Assim e seguindo este direcionamento, a quarta conferência, com o título “Política de Estado para Ciência, Tecnologia e Inovação com vista ao Desenvolvimento Sustentável” foi convocada por decreto presidencial e suas discussões foram organizadas em torno do do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional no período 2007-2010. A meu ver, merece destaque o objetivo estratégico desta conferência, a saber, propor ao Brasil “um desenvolvimento científico e tecnológico inovador, calcado em uma política de redução de desigualdades regionais e sociais, de exploração sustentável das riquezas do território nacional e de fortalecimento da indústria, agregando valor à produção e a exportação através da inovação e reforçando o protagonismo internacional em ciência e tecnologia”⁸. Ainda com relação às conferências, é importante destacar a participação dos segmentos da sociedade através das reuniões preparatórias que ocorreram em todas as regiões do Brasil. Antecedendo as conferências realizaram-se, encontros estaduais, foruns de discussão e conferências regionais, o que, na perspectiva dos organizadores, reforçou ainda mais seu caráter democrático e participativo. Não obstante a importância das conferências para o desenvolvimento das políticas públicas para as áreas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil, é preciso ressaltar que as mesmas não possuem força de lei, devendo as ideias ali expostas, bem como as diretrizes propostas, servirem como parâmetros para a criação de políticas públicas para o campo da ciência, tecnologia e inovação. É considerando este enquadramento que me propus analisar o conteúdo produzido no âmbito das conferências no que respeita ao desenvolvimento regional no sentido de identificar as interconexões e oportunidades de diálogo que os referidos documentos podem indicar ao campo do design na Amazônia brasileira.

O desenvolvimento regional nas conferências de C, T&I.

A partir do exame dos resultados das conferências de Ciência, Tecnologia e Inovação, através dos documentos síntese, é possível perceber que, na edição de 2001, o tema do desenvolvimento regional aparece de forma tímida no escopo das constatações e metas. Neste documento, a questão é abordada no âmbito da “ciência, tecnologia e inovação: qualidade de vida”⁹ que apresenta-se como um dos grandes temas colocados como desafio à ciência e tecnologia naquele momento.

No documento supra mencionado, são discutidas a necessidade de recuperação do déficit nacional de desenvolvimento tecnológico e aponta como uma das ações a necessidade de uma desconcentração regional da pesquisa e dos investimentos. Tal constatação está relacionada com o fato de que as atividades de C&T no Brasil encontravam-se concentradas, até aquele momento, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil o que requisitaria um esforço no sentido de melhorar os investimentos em

outras regiões, visando a diminuição daquele cenário de desigualdade.

De modo que, a organização e “promoção de sistemas locais de inovação”¹⁰ são apontados como possíveis soluções com vistas a estimular as sinergias entre agentes locais, visando superar os entraves tecnológicos que dificultam o desenvolvimento de atividades produtivas. Seguindo esta ideia, a resolução das disparidades regionais passaria pela adoção de políticas diferenciadas de acordo com as necessidades ou potencialidades locais, onde a contribuição da CT&I giraria em torno da formação e consolidação de “novos pólos de desenvolvimento regional”¹¹.

No caso específico da Amazônia no âmbito deste documento, observa-se uma ênfase no discurso da preservação ambiental e no aproveitamento dos recursos proporcionados pelas reservas naturais. A referência ao crescimento populacional destaca o impacto deste sob o ecossistema para, em seguida, apontar o baixo e “irrisório”¹² contingente de pesquisadores e de instituições de pesquisa como entraves ao desenvolvimento da ciência e tecnologia na Amazônia e a necessidade de políticas e ações que deem conta deste cenário.

Outrossim, as conferências de 2005 e 2010 parecem trazer um novo direcionamento para as discussões sobre a relação entre C,T&I e o desenvolvimento regional. Esta constatação consiste, primeiramente, na forma como as propostas foram construídas, através de uma ampla consulta à sociedade por meio de seminários temáticos, conferências regionais e sessões plenárias, realizadas antes e durante a 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. A consulta prévia à comunidade oportunizou a ampliação do debate, o aprofundamento das questões e possibilitou a intensificação das discussões em torno da temática do desenvolvimento regional e em especial, no cenário amazônico.

No documento de 2005, a inclusão da integração de todas as regiões ao esforço nacional de capacitação para ciência, tecnologia e inovação, me parece uma meta que merece atenção e destaque. De igual forma, a percepção sobre a necessidade de uma maior difusão e melhoria do ensino e a universalização do acesso aos bens gerados pela ciência, considerando o cenário e a capacidade local, ampliam as constatações que foram indicadas na conferência de 2001, quando estabelecem como uma das finalidades deste desenvolvimento a melhoria da qualidade de vida da população das áreas mais carentes do país¹³.

De sorte que, merece destaque, o Capítulo 2 - Inclusão Social onde “foram apresentadas recomendações procurando indicar contribuições que a ciência, a tecnologia e a inovação podem oferecer, a curto e a médio prazos, para responder ao desafio da inclusão social no Brasil”¹⁴. Estas recomendações giraram em torno de aspectos tais como: educação profissionalizante, acesso ao trabalho, acesso a bens e serviços, regionalização das políticas e ações de C,T&I e acesso aos meios digitais de difusão de informação. Questões estas que, conforme assinalado no próprio documento, colocam em pauta uma outra maneira de conceber a ideia e o “modelo de desenvolvimento” tomando em consideração as especificidades e multiplicidade de realidades de um país como o Brasil.

Nesta direção a Seção 5 - Políticas e ações de C,T&I para o desenvolvimento regional, merece destaque nesta reflexão. Uma vez que as questões ali pontuadas colocam em evidência a Amazônia e a Região Nordeste do Brasil como *locus* prioritários que precisam de atenção e investimentos diferenciados assim, a consideração das propostas e demandas locais, a priorização de projetos de desenvolvimento da região amazônica tanto nas questões socioeconômicas como na melhoria sobre o conhecimento acerca da região, aliado á atração e fixação de cientistas¹⁵, foram apresentadas como propostas visando o equacionamento das discrepâncias existentes no âmbito das regiões supra mencionadas.

Em continuidade às ideias emanadas da conferência realizada em 2005, a inclusão da Amazônia no conjunto das áreas de interesse nacional¹⁶, representa, de certa forma e respeitando as devidas limitações conceituais e temporais, um reforço e ampliação das ideias apresentadas na conferência de 2001 no entanto, o enfoque reconhece as potencialidades naturais da região mas, não se reduz a ela nem coloca-a como prioridade. A meu ver, a síntese das propostas, gira em torno de um equilíbrio entre o fortalecimento das instituições bem como, de métodos e processos de aproveitamento dos recursos, todos eles amparados no desenvolvimento de pessoal qualificado na região e para a região, sendo este o ponto de maior destaque quando do desdobramento das propostas¹⁷.

Igualmente e dando continuidade a este percurso de análise, destaco as propostas apresentadas no âmbito da conferência de C,T&I ocorrida no ano de 2010. Seguindo a perspectiva dos eventos anteriores, o documento se propõe indicar as metas para a elaboração da agenda brasileira para C,T&I. Sinaliza, dentre outros temas e através do Livro Azul¹⁸, a redução dos desequilíbrios regionais e da desigualdade social como metas a serem perseguidas na próxima década, tendo em vista a constatação de que “diante das disparidades regionais prevaletentes e da grande diversidade regional do país, o apoio das políticas públicas e a elevação dos níveis de investimentos devem considerar a leitura da realidade regional brasileira”¹⁹. Tal como apontado no já citado Livro Azul, temas tais como: a inovação nas empresas e na sociedade, a utilização sustentável dos grandes biomas nacionais, com ênfase especial na Amazônia e no mar; a redução dos desequilíbrios regionais e da desigualdade social; o desenvolvimento de tecnologias estratégicas; a consolidação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia; o fortalecimento da ciência básica e da educação em todos os níveis²⁰ se apresentam como temáticas de ponta no que respeita aos direcionamentos para as políticas de C,T & I, nos anos subsequentes.

Por hora quero destacar 3 (três) pontos evidenciados no “Livro Azul” (2010) que, penso eu, são estratégicos para o campo do design na Amazônia, a saber: a diminuição das desigualdades regionais e sociais, o olhar sobre a Amazônia e Ciência, Tecnologia e inovação para o desenvolvimento social. No que concerne à diminuição das desigualdades regionais e sociais, observa-se, no âmbito brasileiro, uma série de medidas implementadas nos últimos 8 (oito) anos e que já tem demonstrado seus efeitos, mesmo que ainda discretos. No entanto, e por uma série de questões, tais políticas precisam avançar na

identificação das potencialidades, tanto no que concerne ao avanço, com vistas à diminuição das desigualdades entre as regiões, como na continuidade de políticas que favoreçam o desenvolvimento para que, diminuídas as desigualdades, o crescimento possa basear-se numa constante.

De sorte que, Demandas e potencialidades regionais precisam ainda ser identificadas de forma mais clara e, para tanto, o envolvimento de diversos atores da sociedade civil faz-se necessário, objetivando dar conta da agenda que deve nortear as ações de ciência, tecnologia e inovação para diminuição das desigualdades regionais. Por outro lado, há que se considerar a participação de campos de conhecimento e áreas emergentes tais como o design, a Cultura, a Biotecnologia, setores de Petróleo e Gás, o Conhecimento Tradicional, Automação, Entretenimento, só para citar alguns campos que, de certa forma, ainda não receberam a devida atenção na Amazônia de forma geral, e no Amazonas de forma específica. É importante observar que a atenção dada a estes campos não é nula, alguns com mais investimentos, outros com menos e alguns até negligenciados, tanto pela academia como pelas instituições de fomento, campos estes que poderiam constituir-se, juntamente com outros segmentos emergentes, grandes oportunidades para investimentos, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Do mesmo modo, no que respeita ao olhar sobre a Amazônia²¹, penso que o documento traz contribuições importantes e significativas para pensar esta região do Brasil. O desenvolvimento é apontado como questão estratégica, e como desdobramento, o valor da biodiversidade, a constituição e integração de redes de pesquisa e instituições, a ampliação e fortalecimento de recursos humanos qualificados na região; a superação das carências sociais; a consolidação de uma base tecno-científica para uso sustentável do território amazônico e a Amazônia como potencial de futuro são os pontos em destaque.

O tópico ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social, também merece atenção, pois a inserção do desenvolvimento social na agenda da ciência e tecnologia consiste em avanços que reconhecem outras formas de produção de conhecimento e desenvolvimento econômico, social e ambiental, a partir de práticas e modos de fazer que estão presentes no conjunto da vida social, ao tempo que oportuniza a geração de novos conhecimentos por meio da investigação e de investimentos voltados para o desenvolvimento de inovações sociais, vistas como ciência e como importantes elementos para a melhoria da qualidade de vida e de direito à cidadania.

Dessa maneira e tomando como referência os documentos oficiais do Governo Brasileiro, nomeadamente aqueles emanados das Conferências Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação, apresentam de forma sintética, as propostas para as questões regionais e seu desenvolvimento, com atenção especial para a Amazônia brasileira. Por outro lado e no tocante às oportunidades de diálogo entre o design, quero destacar que a importância de tais reflexões e discussões para o campo deve-se, em primeiro lugar, às lacunas existentes sobre a ação teórica e o exercício da prática, no âmbito da Amazônia brasileira.

Análise do campo do design face às políticas públicas

Em trabalhos anteriores²² tive a oportunidade de anunciar algumas preocupações sobre a relação entre design e políticas públicas para C, T & I. Na segunda parte deste trabalho e tomando aquelas preocupações como questões norteadoras pretendo dar mais um passo no sentido de ampliar a discussão com foco para os temas da cultura e da identidade cultural e a forma como o campo do design poderá dar respostas a estas políticas, tanto no que se refere às atividades de ensino e pesquisa, como no que concerne às relações com o mercado e com os organismos públicos, responsáveis pela sua implementação.

Antes de mais nada, é importante chamar a atenção para o fato de que uma análise da atuação do campo do design face às políticas públicas, tanto no que respeita àquelas para o campo, como no que tange ao posicionamento do design no tocante às políticas que são implementadas no Brasil, apresenta-se como uma abordagem em processo, cuja discussão tem merecido, pouco a pouco, a atenção dos pesquisadores do campo.

Desde as idéias de um Aloísio Magalhães²³, até os trabalhos de Joyce Leal²⁴, Dijon de Moraes²⁵ e Maria Luiza Castro e Juliana Cardoso²⁶, a relevância da relação entre design e políticas públicas e a interferência dessas sobre o trabalho dos designers e a organização do campo no Brasil, tem merecido atenção no entanto, é importante notar que ainda existe um grande caminho a percorrer no que concerne a essas aproximações necessárias.

Assim, quero chamar a atenção para quatro aspectos constantes nas políticas de C, T&I, qual seja: desenvolvimento científico e tecnológico inovador, redução das desigualdades sociais, a investigação quanto as formas sustentáveis de aproveitamento dos recursos naturais a partir do conhecimento local e o discurso da preservação ambiental. Entendendo que estas questões poderão, de alguma forma, contribuir para pensar a relação entre design e políticas públicas.

O primeiro ponto diz respeito à perspectiva de um desenvolvimento científico e tecnológico inovador. Com relação a esta questão é importante destacar a necessidade de considerar a cultura e as especificidades culturais na Amazônia, como campos estratégicos que poderão guiar os empreendimentos que tenham como proposta, pensar o desenvolvimento nesta região do país e em especial aqueles idealizados no campo do Design.

Esta perspectiva indica a necessidade de ressignificação da atividade projetual como um percurso necessário. Por conseguinte, a identificação de traços culturais e sua respectiva tradução em produtos, há de ser precedida por um questionamento sobre as intenções que a impulsionam. Tal problematização, ancorada na ideia de que a tradução permite “criar inteligibilidades recíprocas”²⁷ entre saberes hegemônicos, consagrados como ícones de uma determinada cultura e saberes não hegemônicos, normalmente marginalizados, tendem a ser desconsiderados como portadores de uma identidade válida e credível. Assim, a atividade projetual em design, com vistas a um desenvolvimento científico e tecnológico, necessita aproximar-se de outras formas de saber que estão presentes na Amazônia objetivando, tanto a redefinição dos

caminhos da relação design, cultura e desenvolvimento, como caminho necessário à inovação.

Entretanto, no que respeita ao segundo ponto, a redução das desigualdades sociais, penso que vale a pena colocar na pauta de discussões, antes de advogar a minimização das desigualdades, a natureza das desigualdades, através de perguntas sobre, como, de que forma e porque as desigualdades apresentam-se tal como são. Um percurso desta natureza tem como objetivo pensar alternativas, pensar outros caminhos e quais os parâmetros necessários para tornar a diminuição das desigualdades um empreendimento possível.

No campo do design, esta realidade se reproduz, as desigualdades se apresentam como causa e consequência de um projeto de modernização que privilegiou determinados grupos sociais em detrimento de outros. Estas desigualdades podem ser lidas sob a ótica da produtividade capitalista, enquanto um dos modos de produção de não-existência²⁸. Para Santos²⁹, a produção de não existências é consequência do processo de invisibilidade a que a razão metonímica³⁰ condena os saberes, práticas e conhecimentos por ela descredibilizados. O sociólogo esclarece que “há produção de não existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível”³¹. Igualmente, Santos realça ainda que, embora sendo apenas uma das lógicas possíveis que possibilitam a compreensão do mundo, a razão metonímica vem impondo-se, no âmbito da modernidade ocidental, como a única racionalidade possível, fundada em dicotomias hierarquizadas, dentre as quais sublinho no âmbito da Amazônia brasileira a relação norte (desvalorizado) e sul/sudeste (valorizado), índio e não índio, primitivo e moderno, dentre tantas outras dicotomias que reforçam e essencializam as desigualdades. Assim, ao campo do design faz-se necessário ter em conta a dimensão das desigualdades ao pensar ações para a região e que tenham como meta promover a diminuição das desigualdades sociais na Amazônia brasileira.

Quanto ao terceiro aspecto, a investigação quanto as formas sustentáveis de aproveitamento dos recursos naturais, a partir do conhecimento local. Penso que a promoção de sistemas locais de produção, a identificação de forças e de potencialidades regionais em segmentos da economia para além daqueles hegemonicamente consagrados, se coloca como um posicionamento que faz pensar. Neste sentido e para dar conta desta caminho investigativo, ao design caberia a identificação desses sistemas de produção como pressuposto básico à promoção da qualidade de vida do homem amazônico para tanto, faz-se necessário rever conceitos tais como: produtividade, valor, produção, técnica e metodologia para que outras formas de produção, ancoradas nas potencialidades regionais, possam ser credibilizadas.

Em meu entendimento a investigação quanto as formas sustentáveis de aproveitamento dos recursos naturais, a partir do conhecimento local passam eminentemente pela necessidade de pensar numa outra lógica produtivista enquanto alternativa àquela imposta, para além das que Santos³² denomina como “ortodoxia produtivista capitalista”. Esta compreensão tem como objetivo o desenvolvimento de formas sustentáveis de economia

que conjuguem, por exemplo, sustentabilidade humana e ambiental, tendo em vista que a mera inserção de uma lógica de produção alicerçada no paradigma do crescimento econômico infinito e sustentado pelas regras da acumulação vigentes, não atendem às expectativas e necessidades da Amazônia brasileira. Vale ressaltar ainda que esta região reclama pelo reconhecimento da existência de outras lógicas de produção e outras formas de utilização dos recursos, tão legítimos e possíveis, quanto os sistemas impostos pelo capitalismo.

Similarmente, O discurso da preservação ambiental, apresenta-se como o quarto aspecto que destaco, uma vez que a idéia de desenvolvimento regional na Amazônia precisa ser constantemente revisitada também pelo campo do design, visto que não é possível considerar a idéia de meio ambiente, ou de um sistema natural sem entender que não existe preservação do ecossistema sem considerar a preservação do homem, ou ainda que é o homem o principal agente de preservação. Neste sentido, a preservação ambiental passa necessariamente pela dimensão sócio-cultural e o campo do design, enquanto ação que equaciona matéria-prima, uso e descarte, não pode olvidar esta questão. Assim, a relação homem, ambiente, sociedade e cultura, está alicerçada numa matriz que deverá nortear o campo do design como propulsor das ações no âmbito da ciência, tecnologia e inovação na Amazônia brasileira.

Tais discursos/formas de preservação ambiental deverão basear-se numa ecologia de reconhecimentos tal como proposta por Santos³³. A perspectiva da alteridade evocada por esta ecologia está baseada no reconhecimento de que, para além daquilo que se sabe sobre as práticas sociais de grupos e indivíduos, no que respeita ao meio ambiente, existem outras formas de aproveitamento de recursos aliado à preservação ambiental. Estas práticas e modos de fazer estão presentes no conjunto da vida social de grupos e comunidades de tal forma que, excedem os limites do conhecimento científico, ocidental e sistematizado. Conhecimentos estes que poderão apresentar-se como verdadeiras inovações sociais no que respeita à idéia de preservação, aliada à melhoria da qualidade de vida e de direito à cidadania dos sujeitos sociais envolvidos.

Oportunidades para o campo do design no Amazonas

A análise do campo do design em sua relação com as políticas públicas aponta para a necessidade de pensar este tema de forma multidisciplinar, objetivando encontrar pistas e caminhos que poderão nortear a atuação do campo do design na Amazônia e no Amazonas, com vistas a uma maior inserção deste como fator estratégico para o desenvolvimento regional, tendo como vetor a cultura e a identidade cultural.

Outrossim, para que este objetivo seja alcançado, faz-se necessário considerar o aporte de vários campos de conhecimento na proposição de estratégias e soluções que tenham como meta a elevação da qualidade de vida na região de forma sustentável, ao tempo que considera as especificidades sociais, culturais, políticas e econômicas,

bem como as tecnologias disponíveis, o que envolve uma intrincada cadeia de saberes que requisita a participação do campo do design nas discussões sobre as políticas de C,T&I tanto no âmbito local como no plano nacional.

Assim e diante do surto de desenvolvimento que atravessa o Brasil, aliando a um relativo cenário de estabilidade econômica e distribuição de renda, destaco a posição estratégica da região amazônica no que concerne à sua instrumentalização para, a seu tempo e considerando as suas especificidades, marcar seu posicionamento neste processo. Neste sentido, proponho ao campo do design na Amazônia uma reflexão sobre os desafios, as potencialidades bem como os limites do campo no equacionamento de ações que tenham como base o conceito e a prática de um desenvolvimento regional sustentável.

Por conseguinte, tal empreendimento tem como meta incentivar, através da ação projetual, a promoção de uma consciência crítica e ecológica em projetos, discussão esta ancorada na percepção de que o desenvolvimento sustentável não depende tão somente das ações engendradas pelo Estado³⁴ mas, tende a congrega outros setores e segmentos que respondam pelas ações e estratégias em regime de co-gestão, com a participação significativa dos grupos sociais que são objeto das ações de desenvolvimento.

Nesta ótica, faz-se necessário requisitar uma nova forma de pensar e de fazer design na Amazônia brasileira para tanto, recorro às ideias de Boaventura de Souza Santos que antevê a emergência de novos paradigmas de produção de conhecimento fundados, tanto num conhecimento que aspira à totalidade, tal como vivenciado no paradigma da modernidade, mas que ao mesmo tempo é local. Assim, no paradigma emergente, o conhecimento, sendo total, é também local, ao reunir-se em torno de temas que em dado momento são adotados como projetos de grupos sociais concretos com vista a resolução de problemas igualmente concretos.

Seguindo este ponto de vista, o paradigma proposto por Santos me parece instigante e desafiador para pensar a relação entre o campo do design e as políticas de C, T&I na Amazônia brasileira, uma vez que, a proposta do sociólogo parece congrega a possibilidade de diálogo entre saberes. No entanto, convida à inversão da lógica de universalização e adoção de modelos exógenos às realidades locais, com vistas à resolução de problemas eminentemente locais. Nesta ótica, a possibilidade de uma sociologia das ausências e das emergências me parece um percurso reflexivo que aponta caminhos para as questões aqui destacadas, qual seja: a diminuição das desigualdades sociais, um olhar sobre a Amazônia e o seu desenvolvimento social.

Diminuição das desigualdades

A diminuição das desigualdades, vista sob a ótica da sociologia das ausências e das emergências, tal como proposta por Santos³⁵, parecem constituir-se em oportunidade de reflexão para o campo do design na Amazônia. A percepção/descoberta/atenção sobre outras experiências alternativas ao modo capitalista dominante, apontam por exemplo para modos de economia solidária que sejam

alternativas ao modelo de economia vigente, questão esta possível de ser investigada através do trabalho de tradução, tal como proposto por Santos³⁶.

Por outro lado, a impossibilidade de diminuição das desigualdades precisa estar atrelados ao “trabalho de tradução”³⁷ que ocorre nas zonas de contato locais, “(...) onde diferentes modos-da-vida normativos, práticas e conhecimentos se encontram, chocam e interagem”. Este processo de tradução com vistas à diminuição das desigualdades deve considerar ainda o que traduzir, quando traduzir, quem traduz e como traduz, numa referência direta a um pensamento alternativo requisitado pela sociologia das ausências e das emergências, objetivando propor soluções alternativas ao modelo de desenvolvimento neo-liberal e globalizado que, por sua natureza totalitária e hegemônica, não consegue reconhecer a riqueza e a pluralidade do mundo. Eis aqui um desafio ao campo do design, reconhecer a existência destas forças e resignificar-se para enxergar a complexidade do mundo por outras vias que não a racionalidade técnica e neo-liberal/hegemônica, assumindo um compromisso com um projeto regional de diminuição das desigualdades sociais a partir de um pensamento local.

Olhar para a Amazônia

Outra questão identificada como desafio ao campo do design na sua relação com as políticas públicas para C, T&I, diz respeito ao olhar para a Amazônia. Penso que o enfoque com vistas a uma Amazônia sustentável como proposto nos documentos supra mencionados, talvez se apresente de forma tardia pois, o debruçar-se sobre a Amazônia, talvez se constitua numa ação que já tenha sido desenvolvida por organismos externos à região, rotulando-a como celeiro e propriedade transnacional. No entanto, tal perspectiva me parece emblemática e possibilitadora de uma discussão se ousarmos questionar e identificar aquilo que não é alcançado pelo olhar totalitário, fundado no que Santos³⁸ denomina de paradigma dominante.

Quero apostar aqui, mesmo que provisoriamente, que um olhar para a Amazônia precisa ser levado a cabo utilizando-se de lentes desenvolvidas na região e a partir da ótica desta, das suas necessidades internas, a partir de demandas específicas que venham contribuir com o seu desenvolvimento e emancipação. Levanto ainda como aposta que as lentes até aqui utilizadas para olhar a Amazônia brasileira assumiu como padrão de desenvolvimento, as realidades exógenas, as perspectivas econômicas globais, os modelos de urbanização das grandes metrópoles, projetos sociais importados e ali implementados sem considerar, dentre outras questões, as especificidades amazônicas.

Neste sentido, as experiências de conhecimento de que fala Santos³⁹ me parecem um caminho interessante, quando chama a atenção para os conflitos bem como a possibilidade de diálogos entre diferentes formas de conhecimento. O desafio que se coloca é a identificação dos saberes e conhecimentos e práticas que passaram despercebidos ou que não foram capturados pelas lentes utilizadas pelo paradigma dominante (racionalidade

dominante). A identificação de tais saberes se apresenta como uma possibilidade concreta de olhar para a Amazônia a partir de uma dimensão interna (de dentro para fora), numa possibilidade de construção de um saber contra hegemônico.

Por conseguinte, um olhar para a Amazônia e da Amazônia requisita o fortalecimento de estruturas que permitam a geração de conhecimento sobre/para a região, a partir de uma agenda definida localmente, oportunizando assim um trabalho de “tradução de saberes” que favoreça a transformação de práticas não-hegemônicas em práticas contra-hegemônicas. Neste processo, ao campo do design coloca-se o desafio de (re)pensar o olhar e protagonizar um outro modo de ver a Amazônia para além da perspectiva globalizadora, neo-liberal e internacionalista de expropriação dos recursos da região ou ainda de disseminação de uma identidade regional estereotipada, rumo a uma compreensão mais densa sobre as possibilidades e impossibilidades de uma prática projetual contra-hegemônica e que caminhe em direção ao enfrentamento dos problemas, interesses e expectativas da região e de suas populações, com vistas a um desenvolvimento mais justo e menos desigual.

Desenvolvimento social

Por fim, a vertente do desenvolvimento social também me parece propiciadora de oportunidades para o campo do design, quando aponta para a uma outra lógica, colocando em pauta a dimensão social, desmistificando a ideia de um desenvolvimento calcado apenas sob bases técnico-econômicas. No caso do desenvolvimento social, há que cuidar para que a lógica do paradigma racionalista e dominante não se constitua a medida que deverá norteá-lo pois, visto pela ótica do lucro monetário, dos rendimentos e das metas quantitativas, o desenvolvimento social acaba por constituir-se um feudo do desenvolvimento econômico. Para fazer frente a esta perspectiva, proponho que pensemos num desenvolvimento social que tome como ponto de partida a própria realidade social, nas contradições oportunizadas pelas “zonas de contato” onde seja possível observar o câmbio entre práticas sociais institucionalizadas, acadêmicas e hegemônicas e práticas sociais tradicionais, não-canônicas, cotidianas e/ou assistemáticas, onde a relação entre saberes e práticas possa ser mais horizontal.

Por outro lado, é o mesmo Santos⁴⁰ que nos adverte sobre o perigo de que a zona de contato não acabe por submeter os conhecimentos e culturas que estiveram à margem, a uma linearidade tal que preserve as relações de poder e hierarquias de saber, próprias do paradigma dominante. Faz-se necessário vigiar o contato, através de mecanismos que permitam as aproximações com vistas a um intercâmbio de saberes efetivamente igualitários e que redunde em inovações sociais.

Entretanto, ao campo do design esta matéria apresenta-se também como oportunidade, haja vista a necessidade de mudança de foco no que respeita a um olhar para o design, sob a perspectiva de um design social. Assim, um exame das ideias propostas por Whiteley⁴¹, que propõe uma análise do design enquanto envolto nos sistemas de

consumo e a necessidade de repensá-lo sob uma perspectiva ética; por Manzini⁴² e Manzini e Vezoli⁴³ que, com foco na sustentabilidade e nas inovações sociais, apresentam propostas e ideias para pensar um outro papel para o design no que se refere à relação com a comunidade e com os problemas enfrentados por estas.

Ou ainda, com destaque para Papanek⁴⁴ que desenvolve uma reflexão no tocante às discussões sobre a ética na atividade projetual, com vistas a um projeto de design, responsável e sensato, num mundo cada vez mais deficiente em recursos e energia. Assim, um exame desta literatura, vista também sob a ótica da zona de contato, poderá constituir-se num ponto de partida que possibilite ao campo do design em seu diálogo com as políticas públicas de C, T&I, pensar um desenvolvimento social, assente nas necessidades da Amazônia brasileira e que as encare de frente e positivamente.

Assim, é possível concluir, por hora, que o cenário atual no qual o design se encontra imerso requisita um reposicionamento que aproveite o que de melhor tem sido produzido para/na Amazônia brasileira no que respeita às experiências/experimentos no campo do design. Por conseguinte o desafio ao design e o desenvolvimento regional na Amazônia brasileira, lido sob a ótica das políticas públicas, convida à superação da idéia de continuidade e da manutenção de um modelo de homem, de sociedade e de cultura, que no meu entendimento, traz para a Amazônia respostas de baixo impacto. Portanto, ao design especificamente, há que se resignificar, romper com o paradigma dominante e assumir-se como campo de fronteira que é, com vistas a dar contribuições inovadoras em ciência, tecnologia e inovação para um desenvolvimento que coloque o homem, a sociedade, e a cultura como pontos de partida e de chegada, com vistas a efetivação de um design, comprometido com o desenvolvimento regional sustentável na/para a Amazônia brasileira.

Agradecimentos

Este trabalho foi desenvolvido durante o Doutorado Sanduíche no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e contou com financiamento da CAPES através de concessão de bolsa de estudos.

Notas

1. Fundo Monetário Internacional, World Economic Outlook Database, Abril de 2011: Nominal GDP list of countries. Dados para o ano de 2010.
2. BRASIL. IBGE - Censo, 2010 Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_amazonas.pdf. Acesso em 10.11.2011
3. Governo do Estado do Amazonas. Fundação Estadual dos Povos Indígenas. Dados Estatísticos - Etnias indígenas no Estado do Amazonas. Disponível em http://www.fepi.am.gov.br/programas_02.php?cod=1105. Acesso em 19.12.2011.
4. José Evangelista Torres Filho (Torrinho) é um músico, compositor e regente de banda de música. Seu primeiro disco individual, “Porto de Lenha”, foi gravado no Rio de Janeiro, no ano de 1990 e lançado em Manaus, no ano seguinte. A canção título, “Porto de Lenha”, é a mais célebre do compositor, conhecida em todos os cantos da capital e em todo o estado do Amazonas como um hino extra-oficial de Manaus.

5. Sobre a 1ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, ver <http://cncti4.cgee.org.br/index.php/1o-conferencia-nacional>.
 6. Parcerias estratégicas, 1999.
 7. Rezende, Sergio Machado. Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação: síntese das conclusões e recomendações. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2006.
 8. Livro Azul, 2010, p. 22.
 9. Livro Verde, 2001. p. 83-112.
 10. Livro Verde, 2001, p. 40 e 150.
 11. Idem, p. 150.
 12. Idem, p. 179.
 13. Brasília, 2006 p. 40-45.
 14. Idem p. 99.
 15. Ibidem, p. 134 e 135.
 16. Idem, p. 147-157.
 17. Idem, p. 197-200.
 18. Livro Azul, 2010.
 19. Livro Azul, 2010 p. 13.
 20. Livro Azul, 2010 p. 4-5.
 21. Livro Azul, 2010 p. 41-45.
 22. Oliveira 2009, 2010 e 2011.
 23. Magalhães, 1998.
 24. Leal, 2002.
 25. Moraes, 2006.
 26. Castro e Cardoso, 2010.
 27. Santos, 2008 p. 122.
 28. Santos, 2008 p. 104.
 29. Santos, (2008 p. 102 e 104).
 30. Santos, 2008 p. 97-98, apresenta a razão metonímica como sendo “obcecada pela ideia de totalidade sob a forma de ordem” baseada na ideia de totalidade que, apesar de ser apenas umas das formas possíveis de racionalidade, apresenta-se como a única racionalidade possível.
 31. Santos, 2008 p. 102.
 32. Santos, 2008 p. 113.
 33. Santos, 2008 p. 110.
 34. Witkoski e Souza, 2007.
 35. Santos, 2008 p. 120-128.
 36. Santos, 2008, p. 122-136.
 37. Santos, 2008 p. 130.
 38. Santos, 2010 p. 9 e 23-36.
 39. Santos, 2008 p. 121.
 40. Santos, 2008 p. 130 e 131.
 41. Whiteley, 1993.
 42. Manzin, 2008.
 43. Manzini e Vezoli, 2002.
 44. Papanek, 1995.
- Referencias Bibliográficas**
- Canclm, N. (2008). *Consumidores e cidadãos, conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro. Brasil: Editora UFRJ.
- Castro, M y Cardoso, J. (2010). *Políticas públicas de design: a construção da relevância do tema no Brasil*. Trabajo presentado en el 9o Congreso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design, realizado em São Paulo, Anhembi-Morumbi.
- Featherstone, M. (1997). *O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Studio Nobel.
- Fundação Estadual dos Povos Indígenas, Amazonas, Governo do Estado do Amazonas (2011). *Dados Estatísticos - Etnias indígenas no Estado do Amazonas*. (2011). Recuperado el 19/12/2011 de http://www.fepi.am.gov.br/programas_02.php?cod=1105.
- Hall, S. (2006). *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- IBGE. *Censo 2010, Brasil*. (2011). Recuperado el 10/11/2011 de http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_amazonas.pdf
- International Monetary Fund. (2011). *World Economic Outlook Database*, Abril de 2011: Nominal GDP list of countries. Recuperado el 18/12/2011 <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2010/01/weodata/index.aspx>
- Leal, J. J. (2002). Os caminhos do Design, in Leal, J. J. *Um olhar sobre o design brasileiro*. São Paulo, Objeto Brasil, Instituto Uniemp, Imprensa Oficial do Estado, pp. 28-37.
- Livro Azul. (2010). *4a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável* – Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia/Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.
- Livro Branco. (2002). *Ciência, tecnologia e inovação*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia.
- Livro Verde. (2001). *Ciência, tecnologia e inovação: desafio para a sociedade brasileira*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia/Academia Brasileira de Ciências.
- Magalhães, A. (1998). O que o design industrial pode fazer pelo Brasil? In. *Arcos Design* Vol. 1 n° único - outubro de 1998. Recuperado el 03/02/2012 http://www.esdi.uerj.br/arcos/arcos-01/01-01.docu mento_aloio%288a13%29.pdf
- Moraes, D. (2006). *Análise do design brasileiro: entre mimese e mestiçagem*. São Paulo, Edgar Blücher.
- Oliveira, A. (2010). Modernização/Modernidade e a Implantação do Ensino do Design no Amazonas. Trabajo presentado en el 9º Congreso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design, realizado em São Paulo, Anhembi-Morumbi.
- Oliveira, A. (2011a) *Cultura e identidade cultural no campo do design*. In Anais do 1º Congresso Nacional de Design P&D Design: “Habitat, cultura e design” - org. Douglas Onzi Pastori. Caxias do Sul, RS: Educus.
- Oliveira, A. (2011b) *Ensino do Design e Desenvolvimento Regional na Amazônia*. In 2º Congresso Latinoamericano de Enseñanza del diseño. Buenos Aires: Facultad de Diseño y Comunicación - Universidad de Palermo.
- Ortiz, R. (1994). *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Parcerias estratégicas (2005). Seminários temáticos para a 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. 20, junho, 2005. Brasília. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos: Ministério da Ciência e Tecnologia.
- Rezende, S. M. (2006). *Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação: Síntese das conclusões e recomendações*. Brasília: Ministério de Ciencia y Tecnología. Centro de Gestión de Estudios Estratégicos.
- Santos, B. de S. (2002). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Porto. Afrontamento.
- Santos, B. de S. (2008). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2ª ed. São Paulo: Cortez.
- Santos, B. de S. (2010). *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto, Portugal: Edições Afrontamento.
- Witkoski, A. C. e Souza, D. S. R. (2007). *O mundo como invenção: uma análise do surgimento e formação da reserva de desenvolvimento sustentável Piagaçu-Purus*. XXXI Congresso Brasileiro De Sociologia, 29 de maio a 01 de junho de 2007, UFPE, RECIFE (PE).

Abstract: Countries like Brazil have experienced economic growth rates that have positioned among the seven largest economies. This overview of the emerging economy puts the Amazon and more specifically the State of Amazonas, the challenge of responding to such a

boom of economic development, with reference to biological, cultural and social diversity, understood as some of the bases for this region. Raised stage, this paper aims to reflect on the possibilities of a greater role of design education in the Amazon, taking as vectors culture and cultural identity and its importance for the development of the region.

Key words: Design - Identity - Cultural - Regional development - Amazon.

Resumo: Países como o Brasil têm experimentado taxas de crescimento econômico que o posicionam entre as sete maiores economias mundiais (FMI, 2010). Este panorama da economia emergente coloca à Amazônia e mais especificamente ao Estado do Amazonas, o desafio de dar respostas a tal surto do desenvolvimento econômico, tomando como referência as diversidades biológica, cultural e social,

entendidas como alguns dos alicerces da identidade desta região. A partir deste cenário, esta comunicação pretende refletir sobre as possibilidades de uma maior atuação do campo do design no Amazonas, tomando como vetores a cultura e a identidade cultural e sua importância para o desenvolvimento regional.

Palavras chave: Design - Identidade - Cultura - Desenvolvimento regional - Amazônia.

(*) **Alexandre Santos de Oliveira.** Doutorando em Design na PUC-Rio. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas, UFAM. Desde 2007 é líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Design na Amazônia. Publicou pela Editora SCORTECCI/FUCAPI o livro "Cultura, sinestesia e o ensino do Design no Amazonas".

Poética visual: relaciones entre las bases teóricas de la enseñanza para el Diseño Gráfico y el Arte

Actas de Diseño (2014, Julio),
Vol. 17, pp. 160-165. ISSN 1850-2032
Fecha de recepción: agosto 2012
Fecha de aceptación: octubre 2012
Versión final: febrero 2013

Mara Edna Serrano Acuña (*)

Resumen: El arte es el mediador entre lo sensible y lo razonable, tiene tanto valor como las ciencias, es la expresión del espíritu. El espíritu es el contenido en la creación artística que encuentra su materialización a través de la forma. El humano crea poesía, permitiendo la generación de ideas, facultad que no es única de los poetas, esta es adjunta a cualquier disciplina encargada de la utilización de conocimientos teóricos para obtener una aplicación práctica. Arte y diseño nunca serán lo mismo pero ambos logran el intercambio de expresiones del espíritu entre los individuos.

Palabras clave: Diseño Gráfico - Metáfora Visual - Educación - Arte - Lenguaje.

[Resúmenes en inglés y portugués y currículum en pp. 164-165]

Introducción

Bajo el planteamiento de Hegel donde refiere a que todas las cosas son contradictorias en sí mismas y todo lo que es contradicción, se mueve: esta vivo; es precisamente el arte el encargado de encontrar el equilibrio entre lo ambiguo y lo estable, une lo subjetivo con lo objetivo, como definió Kant: el arte es el mediador entre lo sensible y lo razonable. Consecuentemente, el arte tiene tanto valor como las ciencias, lo bello artificial, lo que ha sido creado por el hombre mediante la ilusión elimina la forma real del objeto y lo convierte en la expresión del espíritu.

El espíritu es el contenido en la creación artística, es el qué, y encuentra su materialización a través de la forma, el cómo. Así, el artista, el diseñador deben apegarse a los límites de la forma.

El humano entonces crea poesía, la mayor expresión del espíritu, permitiendo la generación de ideas. La facultad de crear ideas no es única de los poetas, esta adjunta a cualquier disciplina que se encargue de la utilización de conocimientos teóricos para obtener una aplicación práctica.

La generación de arte es un proceso que, puede dar razones y justificaciones lógicas acerca de los actos realizados por el artista para obtener sus objetivos. El proceso artístico es en absoluto consciente por que el artista utiliza todo el universo de su conocimiento teórico como instrumento de su actuar. En tanto la escuela de diseño gráfico debe cumplir con la función de sistematizar los procedimientos en los cuales el artista o diseñador aplica teorías.

Arte y diseño nunca serán lo mismo pero, la creación artística es un discurso en sí mismo, el diseño gráfico es discurso, arte y diseño entonces utilizan argumentos y lenguaje común para lograr el intercambio de expresiones del espíritu entre los individuos.

Poética visual

El sistema lingüístico es la estructura de lenguaje más completa que ha construido el hombre para expresarse. En primera instancia al estar constituido por una serie específica de elementos y de reglas de utilización –la